

Palácio abre agenda para os políticos

Para evitar novas surpresas no Congresso, o Governo decidiu rever suas relações com os deputados e senadores. Já a partir da próxima semana o presidente Fernando Collor acrescentará uma hora em seu expediente das quintas-feiras para receber parlamentares no Palácio do Planalto. A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, se comprometeu a aumentar o número de audiências para parlamentares e os também ministros Ozires Silva, da Infra-Estrutura, e Alcení Guerra, da Saúde, passarão a despachar semanalmente no Congresso.

As boas novas foram transmitidas ontem de manhã pelo líder do Governo na Câmara, Renan Calheiros, aos líderes dos partidos que apóiam o Presidente. Renan disse que após uma semana de reuniões com as bancadas estaduais, identificara "a falta de atendimento aos deputados" como o maior foco de insatisfação. Estava em curso um enorme

esforço para garantir — via ocupação de cargos federais nos estados — a aprovação da Medida Provisória 184 que reabriu a discussão sobre saques na poupança na sessão noturna do Congresso.

"Falta autoridade e hierarquia no Governo", reclamou o líder do PTB, Gastone Righi (SP), logo ao chegar à reunião, pela manhã, no gabinete da liderança do Governo. Mais preocupado com as demissões que atingem seus aliados do que com os pedidos de nomeações não atendidos, Gastone acusou: "Se for eleitor do Gastone é colocado em disponibilidade, se for amigo é demitido e se for parente é cassado e preso".

Diante da irritação de Gastone, o líder do Governo decidiu jogar duro. Em vez de repetir o estilo contemporizador das reuniões anteriores, reclamou que não tinha tempo para fazer sua campanha ao governo de Alagoas e não aguentava mais reclamações

daquele tipo: "Tudo bem. Se você não garante os seus deputados, eu mesmo vou lutar pelos votos que puder dentro do PTB".

Minutos antes da abertura da sessão noturna, Renan Calheiros contabilizava em sua planilha a presença provável de 265 parlamentares governistas em plenário. Na avaliação do líder, esse número seria suficiente para vencer as manobras regimentais da oposição e para aprovar sem emendas a Medida Provisória 184 (que regulamenta a remuneração das cadernetas de poupança). O projeto de conversão da 184, apresentado pelo deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), assustou as autoridades econômicas ao propor a liberação de saques de até Cr\$ 300 mil parcelados. Os governistas queriam votar primeiro a própria MP 184. A oposição queria manter a pauta, votando primeiro o projeto de Cordeiro.